

## RESOLUÇÃO

### PROFESSORES E EDUCADORES CONTRATADOS REJEITAM OPÇÕES DO GOVERNO PELA PRECARIIDADE E EXIGEM ESTABILIDADE!

Os professores e educadores contratados, reunidos em plenário regional convocado pelo SPGL/FENPROF, realizado em 2 de Julho, neste final de ano lectivo, **expressam a sua viva condenação:**

- pela persistência e agravamento do quadro de precariedade laboral a que estão sujeitos, fruto da insistente e errada opção política de sucessivos governos;
- pelo indisfarçável propósito do Governo de substituir um número cada vez maior de docentes dos quadros por contratados, com salários baixos, sem direitos e facilmente "descartáveis";
- pelo descarado, maciço e continuado recurso à contratação de docentes para responder a necessidades permanentes do sistema e das escolas públicas;
- por medidas do Governo que pretendem agravar as situações de instabilidade e provocar o desemprego, tais como os encerramentos de escolas e a criação de mega-agrupamentos;
- face ao flagrante desrespeito à segurança no emprego, expresso na Constituição da República Portuguesa;
- pela ausência de critérios justos e legalmente adequados para as AEC, onde quase todos os que nela trabalham são professores, com o governo a demitir-se das suas responsabilidades, incluindo a definição de normas contratuais e a fiscalização das condições laborais de exercício de tais funções;
- pelo afastamento artificial dos professores de habilitação própria, imprescindíveis ao ME em muitas situações, das fases nacionais de concursos;
- pela não revogação de uma espúria prova de ingresso, obstáculo artificial ao ingresso na profissão;
- por declarações de governantes da Educação e das Finanças, pondo em dúvida a realização de um concurso

em 2011, para a mobilidade e ingresso nos quadros, conforme compromisso assumido pelo ME.

Os professores e educadores contratados presentes no plenário **exigem do Governo:**

- a realização de concurso nacional para ingresso em quadro , em 2011, com regras claras e transparentes, nomeadamente com a separação entre o cálculo da graduação profissional e as classificações da avaliação de desempenho e a adopção do regime de colocações cíclicas;
- a satisfação das necessidades permanentes das escolas por docentes integrados nos quadros;
- a suspensão imediata de medidas políticas que, indiferentes às repercussões negativas que irão ter na organização e funcionamento das escolas, dão prioridade à redução indiscriminada de postos de trabalho para cega redução da despesa;
- a negociação com os Sindicatos de Professores de regras que definam compromissos do ME para a estabilização profissional dos professores contratados devendo tal suceder em paralelismo com o estabelecido na lei geral laboral, por vinculação, de forma dinâmica e ao fim de três anos de serviço, caso a entrada em quadro não concretize anteriormente o direito básico à estabilidade;
- o fim do impedimento de apresentação a concurso por parte dos professores de habilitação própria e a responsabilização do ME pela criação de condições para a profissionalização destes docentes;
- a profunda alteração do modelo das AEC, incluindo no que respeita às situações contratuais que deverão ser da responsabilidade dos agrupamentos de escolas.

Os professores e educadores contratados presentes no plenário afirmam desde já a sua disponibilidade para a luta em defesa das exigências expostas e das propostas que a FENPROF tem defendido. Comprometem-se a uma sistemática denúncia pública dos efeitos das erradas políticas e opções pela precariedade de que o actual governo, ao contrário de se distanciar, parece pretender levar ainda mais longe. Afirmam a sua disponibilidade para se envolverem em acções de luta, nomeadamente as que venham a ter lugar no próximo

ano lectivo, e para mobilizar outros colegas para aumentar a dimensão e a força do seu protesto e exigência.

É preciso corrigir as inaceitáveis situações de precariedade que milhares de professores e educadores vivem e que se reflectem, inevitavelmente, nas próprias escolas. É nisso que os presentes nos plenários vão estar empenhados, com a FENPROF e os seus sindicatos.

Lisboa, 2 de Julho de 2010.